

Resenhas

Reclaiming Development — an Alternative Economic Policy Manual

Ha-Joon Chang & Ilene Grabel

Londres: Zed Books, 2004.

Desde 2001 o economista Ha-Joon Chang vem organizando o seminário “Rethinking Development Economics” em Cambridge, Inglaterra (CAPORDE). Durante o mês de julho reúnem-se sob o patrocínio da Ford Foundation aproximadamente 30 economistas de países em desenvolvimento para discutir a questão do desenvolvimento econômico sob uma perspectiva heterodoxa. Os seminários são conduzidos principalmente por professores de Cambridge, como Gabriel Palma, Ajit Singh, além do próprio Ha-Joon Chang e alguns convidados de outros países, como por exemplo José Antonio Ocampo, Ilene Grabel e Lance Taylor, entre outros. As discussões giram em torno do livro *Rethinking Development Economics* (2003) editado por Ha-Joon Chang, que reúne 23 trabalhos de renomados economistas heterodoxos. Esse seminário dá seqüência ao trabalho que Ha-Joon vem desenvolvendo em Cambridge desde os anos 80. Nessa linha de pesquisa seus livros de destaque são *The Political Economy of Industrial Policy* (1994), *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective* (2002) e *Globalization, Economic Development and the Role of the State* (2003), todos voltados para uma discussão crítica, tanto teórica como histórica, do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico.

Em seu último livro, *Reclaiming Development, an Alternative Economic Policy Manual* (2004), escrito em parceria com Ilene Grabel, Chang procura escrever um manual simplificado de política econômica voltado para o público não especializado. Valendo-se de todo seu trabalho até então nessa área, apresenta um texto simples e pro-

fundo, que tem por base toda sua pesquisa acadêmica e sua experiência como consultor para diversas instituições (Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento asiático e diversas agências das Nações Unidas). Ilene Grabel contribui especialmente na discussão dos aspectos macroeconômicos do desenvolvimento, com destaque para a questão de fluxos de capital, seu tema de pesquisa já há alguns anos. Em seu conjunto, o livro é sintético, de leitura fácil e rápida. Muitas complexidades teóricas são explicadas de forma extremamente clara e simples, sem abusos de jargão. Quando há necessidade, os autores sugerem vasta referência bibliográfica para aprofundamento de leitura e discussão.

O trabalho é francamente crítico em relação ao mainstream teórico em economia e contra o que os autores chamam de políticas neoliberais, basicamente as recomendações do consenso de Washington e mais recentemente as propostas do que vem se constituindo num “augmented Washington Consensus”. São críticos das chamadas instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial e da OMC. Partem da premissa de que o neoliberalismo proposto e praticado por essas instituições nos últimos 25 anos não vem sendo capaz de produzir os resultados prometidos, especialmente quando se compara o desempenho da economia mundial nesses anos com o período do pós-guerra. Argumentam os autores que as experiências de maior sucesso observadas nos anos mais recentes, Coréia do Sul e Taiwan nos anos 70 e 80 e China e Índia nos 90, basearam-se justamente em políticas contrárias às recomendações de Washington.

O livro se divide em dois blocos, além de uma introdução e uma conclusão. No primeiro os autores discutem os “Mitos e Realidade” do desenvolvimento. Cada capítulo apresenta um “mito neoliberal”, explora sua fundamentação e consequências para depois tecer uma crítica contundente e convincente a respeito da inadequação da proposta neoliberal. Os seis mitos são os seguintes: 1) os países ricos atualmente alcançaram seu sucesso através de políticas comprometidas e voltadas para o livre mercado, 2) o neoliberalismo funciona, 3) uma globalização neoliberal não pode e não deve ser interrompida, 4) o modelo americano de capitalismo neoliberal representa o ideal, o qual todos países em desenvolvimento devem replicar, 5) o modelo do leste asiático é idiossincrático, o modelo anglo-americano é universal, 6) países em desenvolvimento precisam da disciplina fornecida pelas instituições internacionais e por instituições domésticas politicamente independentes (BC, por exemplo).

No segundo bloco do livro os autores oferecem uma série de alternativas e sugestões para a condução da política econômica. Novamente organizam a discussão em torno da crítica às propostas neoliberais. Apresentam para cada tema a visão neoliberal (com recomendações de leitura para aprofundamento), o argumento para a rejeição dessa visão, também remetendo a referências e por fim

alternativas de política econômica. Os temas tratados são aqueles fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação: 1) política comercial, 2) política industrial, 3) privatização, 4) propriedade intelectual, 5) fluxos de capital, 6) regulação financeira doméstica, 7) política cambial, 8) política monetária, 9) política fiscal.

Por fim, concluem o livro com uma breve discussão acerca do tema espaço doméstico para a política econômica. Desde as últimas rodadas da OMC (por exemplo com a introdução dos TRIPS) e dado o elevado grau de intervenção do FMI e do próprio Banco Mundial na política econômica local, parece cada vez mais difícil para os países em desenvolvimento desenhar estratégias ou conduzir políticas pró-crescimento. Os autores reconhecem esse problema mas argumentam que ainda assim há espaço para variações locais e que, ademais, a pressão para mudança de postura do FMI, Banco Mundial e OMC deve continuar, caso contrário a esperança para países em desenvolvimento torne-se pequena. Como último comentário, cabe mencionar que o livro de Ha-Joon Chang e Ilene Grabel representa uma excelente reposta para o atual tabu do “there is no alternative”.

Paulo Gala

Professor da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

Globalização Financeira — Ensaios de Macroeconomia Aberta

Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula (orgs.)

Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

O livro *Globalização financeira — ensaios de macroeconomia aberta*, organizado pelos professores Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula, chega em boa hora. Nos últimos anos, o debate acadêmico e político passou por uma inflexão importante, ainda não plenamente incorporada nos livros-texto de macroeconomia. Trata-se da mudança de percepção sobre os benefícios e riscos potenciais do processo de globalização, especialmente em sua dimensão financeira. Esse tema tem particular relevância para as economias em desenvolvimento, recorrentemente capturadas pelos ciclos de expansão e contração da liquidez financeira internacional. Nesse sentido, os ensaios aqui reunidos procuram desvendar as principais características da globalização financeira e suas implicações sobre o desenvolvimento das análises

teóricas, práticas de política econômica, organização dos arranjos institucionais multilaterais e, principalmente, sobre as oportunidades e estrangulamentos criados para as economias periféricas em geral, e a economia brasileira em particular.

Apesar de escritos originalmente como ensaios independentes, as diversas contribuições estão organizadas em um todo coerente e revelam ao menos duas características em comum: (i) a preocupação em delimitar as especificidades histórico-institucionais desta etapa mais recente da integração da economia internacional, em que se busca articular os aspectos teóricos com seus desdobramentos normativos, e (ii) a identificação com a tradição teórica keynesiana, em que são enfatizadas as imbricações entre as dimensões monetária e real das decisões dos agentes econômicos, e suas impli-

cações sobre as possíveis trajetórias das economias, que não são tomadas, *a priori*, como capazes de gerar posições de equilíbrio. Pelo contrário, em economias em que predominam as forças das finanças globalizadas e desregulamentadas, as decisões privadas de gestão da riqueza podem gerar situações de elevada instabilidade.

Esse é tema central dos ensaios que compõem a primeira das quatro partes do livro, adequadamente intitulada de “Globalização financeira e economia aberta: implicações teóricas e política econômica”. Aqui, Jan Kregel, Luciano Coutinho e Luiz Gonzaga Belluzzo, Sheila Dow e Otaviano Canuto, procuram mostrar como, na presença de mercados cada vez mais integrados, desregulamentados e repletos de inovações financeiras, as decisões de produção e investimento tendem a se tornar um mero reflexo de estratégias globais de diversificação de portfólio e busca de liquidez por partes dos investidores, quer sejam empresas não-financeiras, empresas financeiras, ou investidores privados e institucionais. São exploradas as conexões entre a expansão da riqueza mobiliária e as decisões de consumo e investimento. Notam os(as) autores(as) que o ambiente de globalização financeira ampliou as condições de alavancagem das posições passivas associadas às decisões de gasto, o que expõe as economias a situações de fragilidade financeira no sentido minskiano do termo, e cujo potencial na geração de instabilidade está diretamente associado ao grau de mobilidade dos fluxos de capitais.

A segunda parte do livro, denominada de “Arranjos institucionais internacionais, Fundo Monetário Internacional e blocos regionais”, concentra-se nos aspectos de organização institucional das relações econômicas internacionais. Nos dois primeiros ensaios, Fernando Cardim de Carvalho e Michel Aglietta, enfatizam o papel desempenhado pelo FMI no enfrentamento da forte instabilidade financeira verificada a partir da segunda metade dos anos 1990, bem como avaliam os limites e perspectivas daquela instituição. Aqui é importante lembrar que, desde meados dos anos 1980, ampliou-se a entrada líquida de capitais privados nos países periféricos, o que conformou um novo ciclo financeiro, cujo auge se deu às vésperas da crise que estremeceu a Ásia em 1997. Junto com a crise mexicana de 1994, inaugurava-se um novo tipo de crise financeira, as crises do século XXI ou crises da conta capital, caracterizadas por movimentos de retirada maciça de recursos de um país, a partir da mudança súbita na avaliação (prospectiva) dos investidores quanto ao grau de solvência de seus ativos no exterior. Tal reavaliação pode ou não

guardar relação direta com o comportamento dos fundamentos econômicos, sendo por vezes governada por processos irracionais de pânico, movimentos de manada e efeito-contágio, algo também enfatizado nos ensaios de Gary Dimsky e José Luís Oreiro, na terceira parte do livro.

O fato é que a crise asiática, mais do que um episódio isolado, revelou-se o principal ponto de inflexão na avaliação da comunidade internacional sobre os efeitos da globalização. Depois da Ásia, o mundo foi abalado pela crise russa e a falência de um importante fundo *hedge* norte-americano — o *Long Term Capital Management* —, em 1998, as crises cambiais brasileiras de 1999 e 2002, e as crises da Argentina e Turquia (2000-2002), além de uma série de episódios de menor visibilidade fora dos meios especializados. Tais eventos deram margem a dúvidas crescentes sobre a capacidade dos arranjos institucionais vigentes em dar suporte ao processo de globalização. Em especial, questionou-se o papel desempenhado pelos órgãos multilaterais. Com respeito ao FMI, argumentou-se que sua política de socorro aos países em crise poderia induzir a decisões privadas equivocadas de alocação de recursos por parte dos agentes privados. Os conservadores usaram tal noção de risco moral para defender uma mudança radical na atuação do Fundo, reduzindo seu papel de prestamista internacional e enfatizando sua missão de supervisão de boas práticas em diversas áreas. Em uma posição política oposta, houve quem questionasse a parcialidade (pró-credores) do FMI na condução da gestão política das crises financeiras dos anos 1990.

Com a retração na entrada autônoma de capitais privados nos países em desenvolvimento, o aumento da instabilidade financeira, expresso em recorrentes crises, e o questionamento sobre os pretensos vínculos automáticos entre liberalização da conta capital e crescimento, o *establishment* oficial passou a demonstrar uma maior cautela na exposição dos custos e benefícios da liberalização financeira. É bom lembrar que uma década antes vigorava, especialmente nos meios acadêmicos, um grande otimismo acerca da globalização financeira, postura reforçada pela pressão privada e oficial, notadamente do governo norte-americano, em torno da abertura da conta capital em vários países em desenvolvimento. O alerta de *experts* acadêmicos acerca da necessidade do estabelecimento de uma seqüência apropriada para abertura financeira foi relegado a um plano secundário. Assim, diante dos riscos potencialmente associados à globalização financeira e da insuficiência dos arranjos multilaterais existentes para criar um am-

biente institucional propício para o crescimento com estabilidade macroeconômica e social, as soluções de regionalização passaram a ganhar um maior apelo. Esse tema é tratado por Philip Arestis e Malcom Sawyer, para o caso europeu, e, em um plano teórico mais geral, por Maria Lourdes Mollo e Adriana M. Amado.

A terceira parte do livro, chamada de “Crises cambiais, bolhas especulativas e reformas do sistema monetário internacional”, reúne trabalhos que permitem aprofundar nossa compreensão sobre as especificidades teóricas da dinâmica macroeconômica da globalização financeira, bem como os desdobramentos da discussão normativa de reestruturação do sistema financeiro internacional. Ali está o ensaio de Paul Davidson, que compara as propostas de Tobin de se “colocar areia” nas engrenagens da globalização financeira, com a visão de moeda internacional de Keynes. Na mesma linha, Antônio Alves Júnior, Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula contrapõem a visão conservadora de reformas da arquitetura financeira internacional, nos termos definidos pelo debate normativo da segunda metade dos anos 1990, com o resgate da idéia de criação de arranjos globais capazes de gerir uma moeda internacional não passível de retenção pelos agentes privados, nos moldes do Plano Keynes para o ordenamento da economia internacional do pós-guerra. Já os ensaios de Gary Dimsky e José Luís Oreiro enfatizam as origens da instabilidade verificada nas economias contemporâneas. Na presença de abundante liquidez, inovações financeiras e reduzida regulação prudencial em nível internacional, as decisões de alocação da riqueza, tomadas em condições de incerteza, podem redundar na emergência de bolhas especulativas e crises financeiras.

“Ajustamento macroeconômico, poupança externa e crises cambiais na América Latina” é a parte final do livro. Em seus quatro ensaios, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, Julio López, Luiz Fernando de Paula e Antonio Alves

Júnior e José Maria Fanelli mostram como os países latino-americanos foram capturados no mais recente ciclo de expansão da liquidez financeira internacional. Se, por um lado, esta contribuiu para a estabilização dos processos inflacionários crônicos, por outro, redundou na criação de um ambiente permissivo à ampliação da fragilidade financeira na região. A abundância de crédito internacional permitiu o crescimento do consumo e da renda real, especialmente na primeira metade da década de 1990. Porém, não gerou uma expansão equivalente dos investimentos produtivos. A absorção de poupança externa acabou ampliando as posições passivas em moeda estrangeira em uma proporção superior ao ritmo de crescimento das exportações, o que tornou nossas economias mais expostas aos movimentos de contração da liquidez e ampliação da aversão ao risco por parte dos investimentos internacionais. Verificou-se aqui, de forma exemplar, as características recentemente constatadas pelo próprio FMI ao estudar a globalização financeira das últimas duas décadas, ou seja, a existência de elos frágeis de causalidade entre a abertura da conta capital e o crescimento com estabilidade.

Globalização financeira — ensaios de macroeconomia aberta é um livro essencial para todos aqueles que buscam compreender as distintas dimensões do processo de inserção das economias periféricas em uma (des)ordem monetária internacional marcada pelo retorno das finanças globalizadas e desregulamentadas. Em especial, é leitura obrigatória para os que desejam pensar de forma criativa as alternativas que países como o Brasil devem construir para resgatar margens de manobra na definição de trajetórias mais virtuosas de crescimento da renda, com homogeneização social e estabilidade macroeconômica.

André Moreira Cunha
Professor-Adjunto do Departamento de
Economia da UFRGS

Agenda Brasil — Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços

João Sicsú, José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula (orgs.)

Barueri/São Paulo: Manole/Fundação Konrad Adenauer.

O presidente Lula elegeu-se com uma plataforma de campanha orientada para a mudança dita responsável da gestão econômica, sem rupturas bruscas. Assim, a Carta ao Povo Brasileiro e outras declarações do candidato prometiam respeito aos contratos, enquanto a aprovação do acordo celebrado com o FMI às vésperas da eleição anunciava a manutenção de política macroeconômica semelhante à de Malan. Mas as promessas de mudança na campanha apontavam para políticas sociais, industriais e comerciais agressivas e, talvez, menor conservadorismo na gestão macroeconômica, mesmo que se limitasse temporariamente aos quadros do malanismo.

O que poucos imaginavam era a radicalização da política macroeconômica herdada: ampliação do superávit primário e redução de recursos para políticas sociais e setoriais; preservação de juros altos; leniência com apreciação cambial e demora em reconstituir reservas. Diante da pressão dos mercados financeiros, o novo governo preferiu mostrar-se mais realista que o rei para construir sua credibilidade perante os mercados. Poderia ser diferente, sem ruptura de contratos de dívida interna e externa? Havia (e há) alternativa viável ao pensamento único em termos de gestão econômica?

A publicação de *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*, organizado por João Sicsú, José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula, vai ao centro do debate e aponta para uma alternativa consistente ao conservadorismo. O livro é resultado da cooperação de economistas de oito universidades, unidos pela rejeição dos dogmas neoliberais e pela filiação keynesiana. Assim, recusam a crença ingênua na auto-regulação dos mercados e defendem a coordenação pública da economia capitalista. Propõem políticas voltadas ao crescimento dos níveis de emprego e renda, considerando que a riqueza financeira e o *animal spirits* dos empresários devem ser canalizados menos para ganhos especulativos a curto prazo em mercados de ativos líquidos e mais para o investimento em ativos de capital fixo. Por isto, partem de uma concepção ampla de responsabilidade na gestão econômica:

“É tarefa de um governo responsável criar um ambiente seguro. Todavia, *segurança* no sen-

tido keynesiano possui um significado mais amplo do que aquele atribuído pelos investidores de portfólio e/ou pelas conhecidas agências internacionais de *ratings*. A segurança, nessa perspectiva, não é simplesmente aquela referente à capacidade do setor público de honrar seus compromissos financeiros, mas é também, e principalmente, a constituição de um ambiente com menos incertezas para os investimentos em capital fixo: é a segurança necessária para reduzir os riscos do investimento produtivo” (pp. 130-1).

Como obter esta segurança? Para o governo, a estratégia é clara: megasuperávits primários, redução da relação dívida pública/PIB, redução da taxa de juros e ambiente regulatório estável permitiriam a recuperação (*crowding in*) do gasto privado e, depois do aumento da arrecadação, do próprio gasto público. A suposição é que a trajetória de queda dos juros estaria assegurada pela credibilidade adquirida, contando com financiamento externo abundante. Para os autores de *Agenda Brasil*, ao contrário, a estratégia de “construção da credibilidade” perante investidores de portfólio não resolveria o principal obstáculo ao crescimento com estabilidade de preços: a vulnerabilidade externa e a volatilidade excessiva de fluxos de capital e taxa de câmbio. Dada a liberdade de movimento de capitais, os fluxos que apreciaram a moeda podem ser revertidos abruptamente, levando a choques cambiais cujo impacto inflacionário induziria o Banco Central a elevar juros e, assim, abortar o “espetáculo do crescimento” ou a transição para ele. Ou seja, um ambiente seguro para gestores de portfólio, com livre acesso a dólares para ajustar posições a curto prazo, não implica ambiente seguro e estável para o investimento em capital fixo e para a geração de empregos.

O que fazer para proteger decisões de investimento produtivo frente à instabilidade de fluxos de capital e de taxas de juros e câmbio? O cerne da proposta está em recuperar a independência perante os mercados financeiros de curto prazo. Neste sentido, a independência do Banco Central e do Tesouro também é colocada de forma oposta ao pensamento único: em vez de aumentar a independência institucional diante de aspirações democráticas (pleno emprego e gastos sociais) para

assegurar sua credibilidade perante gestores de portfólio, *Agenda Brasil* propõe controles de capitais para assegurar maior autonomia da política econômica perante mercados curto-prazistas.

É neste ponto que os autores rompem com dogmas neoliberais e propõem controles de capitais que confirmam autonomia à política monetária, desvinculando a taxa de juros local das taxas externas e da necessidade de reduzir a volatilidade cambial. Estes controles envolveriam desincentivos a aplicações de curto prazo (depósitos compulsórios, aumento do IOF, limites à exposição cambial de bancos e empresas) e controles de saída (prazos mínimos, limites e regras para a movimentação de recursos da Conta CC5 etc.), baseados em experiências internacionais recentes.

Além de conferir autonomia à política monetária, o controle de capitais limitaria a volatilidade da taxa de câmbio e seus efeitos negativos sobre: 1) dívida pública (via esterilização de variação de reservas ou custo da parcela indexada ao câmbio); 2) balança comercial (via apreciação cambial na fase de liquidez abundante); 3) inflação *importada* (via insumos dolarizados ou contratos indexados ao IGP); e 4) exposição de bancos e empresas ao risco cambial ou a *credit crunch* abrupto. Controlada a instabilidade cambial inerente à volatilidade de fluxos de capital, os autores propõem um regime de *crawling peg* capaz de manter a “taxa real de câmbio num patamar consistente com a obtenção de grandes superávits na balança comercial” (p. 194).

Mas os autores não alegam que o combate à vulnerabilidade externa deva ser deixado exclusivamente sob responsabilidade de desvalorizações cambiais, pois reconhecem seu impacto inflacionário. Assim, propõem políticas industriais voltadas seja para expansão de exportações seja para substituição de importações, induzindo mudança estrutural na base produtiva no sentido de maior agregação de valor e exportação de produtos de maior elasticidade-renda. Embora o sentido da proposta seja claro, falta à *Agenda Brasil* um capítulo em que se definam prioridades setoriais e instrumentos de política industrial, o que porém não desmerece a discussão do tema no livro. Inovadora no debate atual é a idéia (cara à visão estruturalista da inflação) de que a política industrial é instrumental como política antiinflacionária, uma vez que gargalos de capacidade produtiva podem provocar elevações de preço caso a demanda agregada se recupere.

Agenda Brasil também recusa a idéia de que

a inflação deva ser combatida por meio de juros altos, pois a inflação brasileira não é de demanda mas de custos. Assim, sugere-se neutralizar a inflação importada e a indexação de preços administrados ao IGP. Neste sentido, a blindagem do balanço de pagamentos por meio de controle de capitais e políticas industrial e comercial deve ser complementada pela redefinição de contratos de indexação de preços após seu período de vigência, “mas se possível devem ser renegociados ainda quando estiverem em vigor, e novos contratos dessa natureza devem ser proibidos” (p. 61).

No que tange à política fiscal e dívida pública, os autores recusam alternativas de ruptura com credores, e sugerem superávits primários de 3% do PIB. O cenário de redução da relação dívida pública/PIB estaria assegurado pela queda das taxas de juros e maior crescimento do PIB. Dessa forma, o governo não sacrificaria o pagamento da dívida social e investimentos em infra-estrutura em nome de uma credibilidade fugaz perante os mercados. A queda dos juros básicos também serviria para alongar o perfil da dívida, construindo uma curva de rendimentos para títulos públicos e desindexando-os das variáveis mais instáveis do mercado (taxa Selic, câmbio e inflação). O objetivo é reduzir a concorrência de títulos públicos de alta liquidez de modo a canalizar fundos para ativos privados de longo prazo, não pelo aumento de seu retorno e mais pela redução do retorno e imposição de custos tributários e regulatórios em aplicações curtas. Para além da macroeconomia, o livro ainda apresenta interessantes propostas de desenvolvimento regional, distribuição de renda e geração de emprego.

Agenda Brasil é um livro de economia política e, embora não aborde as coalizões capazes de pôr em prática suas propostas, é um roteiro de transição gradual para políticas econômicas responsáveis do ponto de vista social e democrático. O governo Lula rejeitou a alternativa *malaia* de recusa do apoio do FMI no início de 2003, e não explorou a alternativa *coreana* de liquidação de compromissos financeiros e obrigações políticas com o Fundo no final do ano. Se o governo quiser ou precisar procurar uma alternativa, *Agenda Brasil* é um roteiro seguro para uma transição prometida.

Pedro Paulo Zahluth Bastos

Professor Doutor e Coordenador da Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP

Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2004

Fábio Giambiagi, André Villela, Lavínia Barros de Castro e Jennifer Hermann (orgs.)
Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

O presente livro combina uma abordagem abrangente e sistemática da história econômica brasileira contemporânea, com tratamentos idiossincráticos e polêmicos de temas específicos. Este resultado foi possível com a divisão em duas partes. A primeira trata da evolução da economia brasileira nos últimos 60 anos — de Dutra a Lula — a partir de uma perspectiva histórica. A segunda aborda os grandes temas da economia brasileira através de um corte transversal no tempo e a partir de interpretações de seus autores — alguns deles atores destacados de nossa recente história econômica.

A experiência de ler, de uma só vez, a primeira parte deste livro, cobrindo os últimos 60 anos da economia brasileira, oferece, mesmo para aqueles já familiarizados com o tema, uma visão de conjunto fascinante. O cuidado dos organizadores em padronizar a estrutura e a temática dos capítulos desta parte do livro garantiu, apesar de naturais diferenças de abordagens entre os diversos autores, um texto contínuo. Isto dá ao leitor a oportunidade de ver um quadro completo, de uma economia que em 60 anos descreve uma espécie de grande ciclo.

Sinteticamente, o grande ciclo começa com um experimento liberal no imediato pós-guerra, que logo naufraga ao colidir com o problema recorrente da restrição externa, pondo fim à “ilusão liberal” do governo Dutra, como descrito no capítulo de abertura. Prossegue com a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações com crescente presença (direta e indireta) do Estado na economia. Este é bem-sucedido em promover o crescimento rápido e a transformação estrutural da economia — com o espetacular resultado de uma taxa média anual de crescimento de 7,4% entre 1947 e 1980, o que multiplicou o tamanho da economia por 10 no período. Mas, com exceções passageiras, relega a um segundo plano os problemas da inflação e do desequilíbrio fiscal — seja quando não se aceita “pagar o preço do sonho”, seja quando se acaba levando longe demais a crença de que a indexação permitiria o convívio com a inflação alta. Mas esta ilusão se desfaz nos anos 80 com a escalada do processo inflacionário levando o país a experimentar a sensação da hiperinflação no final do governo Sarney, depois de sucessivos fracassos de tentativas heterodoxas de estabilização.

A década perdida pôs fim ao modelo anterior. E, de quebra, na segunda metade dos anos 80 também foi por terra a ilusão de que a democracia resolveria os males econômicos do país. Mas aprendeu-se com os acertos e sobretudo com os erros, como ressaltado nos capítulos que tratam dos planos de estabilização. Com as reformas da década de 90 e a estabilização obtida pelo Plano Real, o ciclo começa a se fechar com a construção de um novo modelo com maior abertura ao exterior, menor intervenção estatal e inflação baixa. Uma volta ao ponto de partida?

Certamente não. Agora se trata de uma economia industrializada, várias vezes maior, com fundamentos mais sólidos e com instituições incomparavelmente mais sofisticadas do que a do imediato pós-guerra. E mais, ao final desta viagem pelas últimas seis décadas, em que nos deparamos com tanta instabilidade e tanta fragilidade institucional — na maior parte dos capítulos, há referências a opções de política econômica que objetivavam dar legitimidade aos respectivos governos —, chega-se aos capítulos finais com a reconfortante impressão de que o país amadureceu muito em termos institucionais, políticos e em termos de um consenso mínimo em relação a questões centrais da política econômica, sabendo distinguir o que deve ser política de Estado e o que é política de governo. E com a sensação de que o país está finalmente pronto para fazer a grande síntese entre as duas eras — a dos anos dourados e a das reformas — logrando conciliar crescimento sustentado com inflação civilizada.

A questão dos requisitos para o crescimento sustentado volta na parte temática, é a questão central tratada no capítulo de autoria de Delfim Neto. Neste, começa-se com o exame da questão do desenvolvimento econômico no plano teórico, a partir do qual é feita uma listagem de critérios que servem para avaliar as políticas econômicas nos últimos 60 anos, conferindo ênfase especial à questão do equilíbrio externo. Já o artigo de Gustavo Franco, ao colocar o foco na questão da inflação e sua relação com o déficit público, faz uma avaliação inteiramente crítica de toda a experiência anterior ao Plano Real, o que resulta num contraste grande com a visão de Delfim sobre o desempenho da política econômica em distintos períodos. Os demais artigos temáticos tratam de diferentes

dimensões da questão do desenvolvimento, a saber: a questão da poupança, da contribuição dos fatores e da produtividade para o crescimento, do financiamento, da pobreza e da educação.

Pelas suas características, apesar de ser de interesse geral, a obra é particularmente útil como bibliografia básica para cursos de economia brasileira, sobretudo a sua primeira parte (a abordagem cronológica). Esta, além do formato padronizado, evita defender teses ou, pelo menos, quando aqui ou ali faz uma abordagem mais idiossincrática, não deixa de apresentar as explicações mais aceitas e consagradas para a evolução da história econômica do país. Há certamente omissões nes-

ta parte do livro, inevitáveis dado o projeto de tratar de um período tão extenso num único volume. O processo de renegociação da dívida externa brasileira (1982-94) com credores privados e o FMI e o impacto das reformas da década de 90, e em particular da abertura, sobre o lado real da economia, são pontos pouco tratados. Tais ausências, entretanto, não diminuem os méritos acima referidos, e nem o fato de ser este, provavelmente, o mais abrangente texto sobre a economia brasileira do pós-guerra.

Francisco Eduardo Pires de Souza
Professor do Instituto de Economia da UFRJ